

O VERÃO QUENTE DE 1975 NO PORTO

Após o frustrado golpe de 11 de Março de 1975, o comando da Região Militar do Norte (RMN) apostou claramente na tendência que apoiava o primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Com esta atitude, todavia, produzia-se um desacerto de passo com as tendências dominantes que, entretanto, se iam manifestando entre a população civil residente na zona de acção da Região Militar. A breve trecho, também ao nível da oficialidade da RMN se constata uma crescente adesão às teses mais moderadas da revolução, daí resultando uma crescente contestação à figura do brigadeiro Eurico Corvacho.

A saída do Partido Socialista (PS) do IV Governo Provisório, em 10 de Julho de 1975 – a que se seguiria, seis dias depois, a do Partido Popular Democrático (PPD) –, veio deteriorar, ainda mais, a marcha da revolução. Para a noite de 18 de Julho de 1975, o PS tinha programado um comício no Estádio das Antas, no Porto. Na tarde da véspera desse dia, numa reunião levada a efeito no QG/RMN, alguns comandantes de unidades da guarnição do Porto manifestaram a intenção de entregar o comando no caso de haver ordem para ir colaborar nas barricadas que, entretanto, haviam sido convocadas pelo Partido Comunista Português (PCP) e Intersindical, com o objectivo de impedir a entrada no Porto de simpatizantes do PS. Nesta reunião, não estava presente o brigadeiro Corvacho, que só chegaria ao Porto, procedente de Lisboa, ao início da noite. Nessa altura, houve uma segunda reunião, já com a presença do comandante da Região, na qual ficou assente que as forças militares só sairiam dos quartéis em caso de grave alteração da ordem pública.

No dia seguinte, pelas 18 horas, começaram a chegar ao QG as primeiras notícias sobre as barricadas, as quais não só revelavam ser reduzido o seu número como, a breve trecho, começou a ser referido que, com facilidade, os simpatizantes do PS tinham logrado destruir os poucos obstáculos encontrados. Depois, sem qualquer oposição, dirigiram-se, em elevado número, para o Estádio das Antas. Politicamente, estes acontecimentos revelaram, da parte do PCP e da Intersindical, uma fraqueza que poucos se atreveriam a imaginar, acabando por funcionar como claro estímulo para as forças que se lhe opunham.

Como sucede com frequência nas situações de cariz revolucionário, também no interior do aparelho militar da RMN se reflectiu, de imediato, o efeito desta inversão de tendência. Sentindo o decréscimo de confiança com que era visto pelos seus subordinados, o brigadeiro Corvacho convocou, para 29 de Julho, uma reunião alargada, no QG/RMN, na qual se preparava para fazer uma autocrítica relativamente ao seu desempenho como comandante da Região. No entanto, já depois de convocada a referida assembleia de oficiais, Corvacho foi chamado a Lisboa, motivando o adiamento da mesma para 31 de Julho. Este adiamento proporcionou a realização de uma reunião de oficiais, à margem da estrutura militar, a qual teve lugar fora do Porto. Tratava-se, claramente, de uma reunião preparatória daquela que iria ocorrer, no dia 31, no QG/RMN.

A reunião, realizada no Salão Nobre do QG, com a participação de um elevado número de oficiais do Quadro Permanente (QP), iniciou-se cerca das 21 horas. Corvacho abriu a sessão com uma informação de carácter geral, e, estando a falar havia cerca de 10 minutos, foi abruptamente interrompido pelo capitão Ramos Rocha, que, visivelmente emocionado, lhe pediu para dar atenção a um assunto «mais importante» que lhe seria apresentado pelo oficial mais antigo ali presente, coronel Gonçalves Soares, comandante do RI Braga. O assunto em causa era uma moção, que estava já aprovada pela grande maioria dos presentes – na tal

reunião realizada na véspera –, e que manifestava o seu apoio a uma moção de 5 pontos aprovada numa outra reunião, realizada a 23 de Julho na Escola Prática de Infantaria, na qual, entre outras questões, se avançava com a conveniência (ou não inconveniência) da substituição do primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Claramente mandatado como porta-voz do grupo de oficiais moderados, o coronel Soares perguntou, então, ao brigadeiro Corvacho se ele estava disposto a ser portador daquela moção ao Presidente da República e ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

Corvacho, perante esta pergunta, não respondeu imediatamente. Pediu, sim, um certo número de esclarecimentos, o que originou a intervenção de vários oficiais, que expuseram, sucessivamente, os seus pontos de vista, sendo especialmente censurada a postura do comandante da Região por este nunca usar da palavra nas Assembleias de Delegados do Exército (ADE) e na Assembleia do MFA (AMFA). Daí resultaria, segundo alguns oficiais, que a opinião da RMN não era exposta de modo formal, ficando o poder central no desconhecimento do pensamento dos militares do Norte. Já bem na madrugada de 1 de Agosto, o brigadeiro Corvacho acabaria por concordar em deslocar-se a Lisboa para entregar a moção.

Este verdadeiro pronunciamento de um elevado número de oficiais da RMN abalou profundamente a capacidade do brigadeiro Corvacho para exercer a sua função de comando. A 7 de Agosto, a entrega ao Presidente da República do depois designado *Documento dos Nove* – por ter tido como primeiros signatários 9 membros do Conselho da Revolução, entre os quais se contava o major Melo Antunes – constituiu o passo seguinte para inverter o rumo da revolução, transferindo para a ala moderada do MFA o maior peso do controlo das Forças Armadas.

No dia seguinte – coincidindo com a primeira divulgação, pela imprensa, do texto do *Documento dos 9* –, o comandante do Comando Operacional do Continente (COPCON), general Otelo Saraiva de Carvalho, ainda veio ao QG/RMN, a convite do brigadeiro Corvacho, para uma reunião alargada com os delegados do MFA e representantes das Unidades. Corvacho, provavelmente, esperava obter dessa visita algum apoio para a sua posição. Na realidade, porém, as palavras proferidas por Otelo, dando a entender que Corvacho sempre costumava dizer-lhe que, na RMN, a coesão era um dado adquirido, apenas serviram para reforçar a ideia de que o pensamento político dominante na oficialidade da Região não era transmitido correctamente no seio do Conselho da Revolução.

A 12 de Agosto, realiza-se em todas as unidades da RMN uma votação, por escrutínio secreto, do *Documento dos Nove*. Cerca de dois terços dos militares (oficiais, sargentos e praças) deram o seu apoio ao documento. Do restante terço, metade foram contados como votos contra e a outra metade como abstenções.

O passo seguinte – do que, mais tarde, seria designado por *Verão Quente de 1975* – teve lugar a 18 de Agosto. Pelas 23 horas, o chefe do estado-maior (CEM) da RMN, tenente-coronel Tomás Ferreira, convocou uma reunião de oficiais do QP do Quartel-General. Nessa reunião, o CEM deu conta aos oficiais de que, sem qualquer ordem do comando da Região, a maior parte das unidades havia passado ao estado de *Prevenção*. Desconhecia as razões de tão estranha atitude e mais não podia do que adiantar algumas conjecturas. Foi então que um dos oficiais presentes, o major Rodrigo Moreira de Campos, declarou que não havia motivo para preocupações especiais, pois o que se passava era o seguinte:

No dia anterior, tinha havido uma reunião de oficiais da RMN, à revelia da hierarquia em vigor, na qual ficara decidido pedir ao general CEME a substituição do comandante da Região. Para esse efeito, deslocara-se a Lisboa um pequeno grupo de oficiais, os quais, depois de apresentarem o caso ao general Fabião, o informaram de que, na eventualidade de não lhes ser dada qualquer resposta positiva até às 19 horas de 18 de Agosto, entrariam na

situação de *Prevenção*. Iniciou-se aqui, por conseguinte, o processo de destituição do brigadeiro Corvacho.

A 29 ou 30 de Agosto, várias unidades da RMN, não tendo visto satisfeitas as suas reivindicações no tocante à designação de um novo comandante, decidiram colocar-se sob o comando da Região Militar do Centro (RMC) e do brigadeiro Franco Charais. Na sequência das Assembleias de Delegados do Exército e do MFA realizadas em Tancos, nos primeiros dias de Setembro, o brigadeiro Corvacho foi, então, exonerado do comando da RMN.

Para o seu lugar foi designado o tenente-coronel Pires Veloso, ex-Alto Comissário para a descolonização de S. Tomé e Príncipe, que, tal como o seu antecessor, foi graduado em brigadeiro, assumindo funções em 12 de Setembro de 1975.

David Martelo